

Ensaío

1 Introdução

Estudar a linguagem humana constitui, desde sempre, verdadeira fascinação, sendo ela, por isso mesmo, centro de interesse de vários ramos das ciências, seja da Filosofia, da Biologia, da Antropologia, da Etnologia, da Psicologia e de tantos outros. Daí a razão por que ela tem sido abordada sob inúmeros aspectos, desde os mais abstratos que a reduzem, algumas vezes, a verdadeiras expressões lógico-matemáticas, até as suas representações mais concretas, procurando situá-la no seu contexto de produção. Consta-se, pois, que há um longo caminho já percorrido e, o que é mais importante, com respostas às vezes definitivas sobre alguns dos “mistérios” que a envolvem. Sob muitos outros pontos de vista, porém, esse importante patrimônio cultural das sociedades requer ainda que sobre ele se debrucem filósofos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, linguistas.

Não se pode prever até onde se pode chegar no esforço de compreender a linguagem humana. Sempre, porém, que se pretenda estudá-la, seja com que finalidade for, percorrer a História dos estudos já empreendidos constitui, no mínimo, significativa economia de esforço. Mas talvez o que é mais vantajoso seja assimilar a riquíssima experiência das reflexões que se têm somado ao longo de tantos séculos. Disso resultará, para o estudioso, importante abertura de horizontes de modo que possa se situar com mais segurança na pesquisa que pretender iniciar.

O presente trabalho constitui justamente um empreendimento dessa natureza: apresenta o resultado do estudo reflexivo sobre algumas das principais correntes linguísticas, desde a Antiguidade Clássica até o surgimento de novo paradigma que revolucionou os estudos da linguagem, propiciando a abordagem dialógica, a partir da qual se propuseram os recortes epistemológicos, que deram origem, entre outros, à *Sociolinguística*.

Na primeira parte, fez-se um levantamento do que se construiu sobre a linguagem no longo período compreendido entre os primórdios dos estudos linguísticos até a época moderna, quando a gramática comparada das línguas indo-europeias, abrindo extraordinário campo de pesquisas, propiciou o surgimento do gênio de Saussure, que propôs um novo paradigma para a compreensão da linguagem humana – o *Estruturalismo*.

Na segunda parte, o foco escolhido foi o *Funcionalismo*, justamente o contraponto da visão saussureana centrada na imanência da língua. Para os funcionalistas, ao contrário do que propõe o Estruturalismo, a participação do falante na construção do discurso é fundamental para o processo de gramaticalização, de modo que as estruturas linguísticas, centro da “*langue*”, que os estruturalistas elegem como único interesse, constituem o apoio, o ponto de partida, para o exercício da competência comunicativa, sendo, pois, necessário ir além, centrar-se na “*fala*”. Como se verá, o Funcionalismo tem muitos braços e, ainda que com raízes teóricas entre neogramáticos, é até hoje um filão importante das pesquisas linguísticas.

A terceira linha teórica selecionada para este trabalho foi a *Sociolinguística*, que também parte da fala, para se compreender alguns dos aspectos do multifacetado fenômeno da linguagem. Seriam muitas as razões dessa última escolha, sendo a principal, no entanto, a repercussão direta das reflexões a que ela conduz no trabalho escolar com a língua materna. Esta tem sido uma das grandes preocupações de sociolinguistas contemporâneos.

Cita-se, por exemplo, o recente trabalho de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), oferecendo aos cursos de formação de professores sua obra *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de sala de aula*, em que a autora propõe, como sugere o título, a prática da reflexão sociolinguística a partir dos usos reais da língua dos próprios alunos e professores. Acredita-se que, formando professores capazes de compreender a natureza da linguagem, prepara-se uma sociedade do futuro em que o preconceito linguístico não mais afastará da escola os que, ao ali chegarem, ainda desconheçam as variedades cultas da língua portuguesa¹. Mais que isso, se poderá viver numa sociedade

¹ É necessário fazer aqui a distinção entre língua padrão, a que é regulada pela chamada “norma padrão”- “[...]uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir

em que, pelo menos sob o ponto de vista do uso da linguagem, o acesso à justiça e aos bens culturais seja possível a todos. Isso porque nunca se pode prever até onde vai a influência de um professor, mas, com certeza, toda a humanidade acaba sentindo os efeitos de sua ação...

Não é preciso dizer que o fato de não se ter abordado aqui as outras correntes linguísticas contemporâneas, o Sociognitivismo, a Análise do Discurso, a Linguística Textual, etc, significa que não se atribua a elas papel importante no avanço da compreensão do fenômeno da linguagem. Trata-se apenas do recorte necessário em qualquer estudo em área de grande abrangência como esta.

Está aí apresentado, portanto, o caminho percorrido na construção deste trabalho.

2 Da Antiguidade ao século XIX

A construção de uma ciência não se dá de maneira uniforme e regular ao longo da história. Ao contrário disso, constitui um processo ideológico, filosófico, histórico e socialmente constituído, fruto de uma época, e requer, portanto, um período de testagem, para afirmação ou contestação de paradigmas. Trata-se de um processo dialético cujas investigações em torno de uma verdade exigem uma série de idas e vindas, de entraves e reajustes, para se chegar a resultados realmente confiáveis. Quando se faz uma avaliação crítica da construção de uma teoria, é necessário, por isso mesmo, que se lance um olhar atento a essas irregularidades do relevo, ainda que elas possam estar disfarçadas sob a aparência de formulações categóricas. Em linhas gerais, é essa a formulação da teoria de T.S.Kuhn (1972, apud DASCAL) a respeito do desenvolvimento das ciências. Aos períodos de formulação e testagem de modelos de teorias se seguem outros em que paradigmas são postos em uso, podendo resultar que sejam confirmados ou que não o sejam.

de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística." (FARACO, 2008, p. 75) - e as variedades cultas, aquelas utilizadas pelos indivíduos letrados nos seus usos monitorados, fala e escrita. Observa-se ainda, frequentemente, o emprego de *variedades cultas* como sinônimo de *língua padrão*.

Na primeira hipótese, segundo Kuhn, tem-se o chamado período de ciência normal e, na segunda, o de ciência extraordinária. Neste último caso, dá-se a chamada revolução científica, quando novos paradigmas são convocados e postos em experimentação, até que sua eficácia seja confirmada e se atinja novamente o estágio da ciência normal.

No que diz respeito à ciência da linguagem, se considerarmos o longo período em que suas bases vêm sendo construídas, desde a Antiguidade Clássica até o século XX, podemos dizer, a partir da proposta de Kuhn, que apenas no final do século XIX se operou uma verdadeira revolução científica. Até então, formulações foram sendo propostas, umas aceitas, outras contestadas, outras ainda reformuladas, de modo que o saber acumulado sobre a faculdade humana da linguagem foi se tornando, cada vez mais, complexo. Em seu texto acima referido (p. 19), Dascal, tratando das teorias conflitantes relativas à linguagem ocorridas no período que ele considera "história recente da linguística" levanta a hipótese de terem ocorrido "várias revoluções científicas".

Para avaliar essa hipótese de Dascal, é interessante que se faça, ainda que brevemente, um esboço da evolução dos estudos linguísticos, desde a Antiguidade, quando o fenômeno da linguagem convocou filósofos e eruditos para as primeiras reflexões a esse respeito.

De início, o presente esboço partirá da apresentação feita por três estudiosos da historiografia linguística: Joaquim Mattoso Câmara Jr, Eugenio Coseriu e Carlos Alberto Faraco. A referência das obras consultadas se fará à medida que forem sendo citadas.

2.1 Os estudos pré-saussureanos

Tanto Câmara Jr. quanto Coseriu demonstram que os estudos linguísticos remontam à Antiguidade Clássica e têm sido, através de toda a História, alvo de interesse dos estudiosos. Matoso Câmara (1975) organiza a abordagem desses estudos, separando-os em dois tipos. O primeiro deles, os **paralinguísticos**, são os que centram as reflexões sobre a linguagem em interesses filosóficos (*estudo lógico da linguagem*) e os que reconhecem nela a

expressão da natureza biológica humana (*estudo biológico da linguagem*). Quanto aos outros, os **pré-linguísticos**, referem-se aos estudos centrados na separação entre o certo e errado, sendo considerada certa apenas a linguagem utilizada pelas classes sociais superiores; o esforço por conservar esses traços linguísticos deu origem aos chamados estudos de *gramática*. Também a necessidade de se compreender os textos antigos levou à comparação entre a linguagem neles utilizada e a dos textos então contemporâneos, dando origem aos *estudos filológicos*. Do contato entre as sociedades de línguas diferentes, nasceu o interesse pelo *estudo das línguas estrangeiras*, outro dos estudos pré-linguísticos. Câmara Jr. considera como “âmago da ciência da linguagem ou linguística” (p.12) apenas o estudo **histórico** e o **descritivo**. Reconhece, no entanto, que esses estudos não podem ainda ser considerados científicos.

São esses dois últimos aspectos que, segundo Coseriu (1980), também a historiografia linguística reconhece se alternarem relativamente ao interesse pelos estudos da linguagem. Para demonstrar isso, esse autor constrói um quadro representativo dos interesses dos estudos de linguagem desde a Antiguidade até o século XIX. Nele, a abordagem teórico-descritiva predomina no período relativo às origens dos estudos de linguagem (Antiguidade, passando por todo o período medieval até o Renascimento), reaparecendo no século XVIII e no século XX; como uma reação a esse tipo de abordagem, surge, em cada um dos períodos subsequentes (Renascimento e século XIX), o interesse pela abordagem histórico-comparativa.

Ressalta-se, no texto de Coseriu, a advertência quanto ao equívoco comum de se considerar a linguística moderna como inovadora em sentido absoluto. Na verdade, o que vem acontecendo nos estudos linguísticos, desde a Antiguidade, é que a retomada dos enfoques, que ele tão bem esquematizou, determinou a redescoberta de questões que já vinham sendo discutidas ao longo da História. Demonstra isso levantando alguns temas comumente atribuídos à inventiva de Saussure e a outros linguistas, mas que, ao contrário disso, já vinham sendo discutidos desde a Antiguidade.

Entre eles, cita a abordagem sincrônica/diacrônica dos fatos linguísticos como sendo, na verdade, preocupação das reflexões de Harris (séc. XVIII), de

Gabelentz e Dittrich (séc. XIX); a distinção entre significado e significante comumente atribuída a Saussure, mas que já fazia parte das reflexões de Aristóteles sobre o que está na voz e o que está na alma, (p. 4) e que se tornou explícita na gramática dos estoicos; o uso primário e o uso reflexivo das palavras, o que hoje se reconhece como metalinguagem, mas que já era critério adotado por Santo Agostinho e pela lógica medieval (*suppositio formalis e suppositio materialis*); ainda atribuída a Saussure, a distinção *langue/parole* e a Chomsky *competence/performance*, remonta à Antiguidade e sempre esteve presente, de modo implícito, em todos os estudos de gramática, “[...] porque nenhuma gramática jamais descreveu o *falar*, o desempenho, mas sempre pretendeu descrever a *língua*, o saber linguístico, a *langue*, a competência.” (p. 6). Esta questão foi explicitamente tratada por Hegel na fórmula ‘o falar e seu sistema, a língua’ e Gabelentz, ‘o falar’ e ‘a faculdade da linguagem’; a arbitrariedade do signo foi questão também amplamente discutida pelos filósofos gregos (analogistas e anomalistas) tendo Coseriu encontrado “[...] uma tradição ininterrupta, através de Boécio e da filosofia escolástica até a época moderna, da determinação do signo como arbitrário” (p. 7); a Benveniste se atribui a inauguração, nos estudos de linguagem contemporâneos, da discussão da chamada não-pessoa, mas esse tema já havia sido abordado na obra de Harris (apud Coseriu, op. Cit, 1980) que, por sua vez, se inspirou numa tese de Apolônio Díscolo.

Coseriu (op.cit., 1980, p.8) demonstra que “[...] também a organização atual das disciplinas linguísticas retoma de certo modo a tradicional, criada pelos gregos” e reconhece, na divisão dos estudos antigos e medievais entre gramática, retórica e dialética, os modernos estudos de semântica, pragmática e sintaxe lógica da linguagem. Esse autor adverte, ainda que, do fato de a problemática linguística ser sempre complexa, resulta que, nos períodos em que a abordagem teórico-descritiva é privilegiada (origens, séc. XVIII, séc. XX), a perspectiva histórica não se fez totalmente ausente, mas

[...] se faz só de modo parcial e em função da própria descrição. Inversamente, quando os objetivos essenciais da linguística foram a comparação e a história, a descrição certamente daí não desapareceu, mas passou, por assim dizer, ao segundo plano e, no caso, foi feita em função da história. Assim, se no século XIX a linha

principal de desenvolvimento da linguística passa pela linguística histórica, pela comparação linguística, pela história das línguas e pela gramática histórica, ao mesmo tempo se desenrola, debaixo dessa mesma linha, a linguística teórica e descritiva, que continua a tradição do século XVIII, tradição mais antiga e jamais desaparecida, a que pertencem estudiosos da envergadura de um Humboldt, na primeira metade do referido século, e de um Steinthal e Gabelentz, na segunda metade. Deste ponto de vista, a linguística atual constitui um retorno, em primeiro plano, à linguística teórica e descritiva; de certo modo, ela retoma a problemática do século XVIII, porém em outras direções, impostas pela ampla experiência do século XIX, quando a linguística histórica se tinha tornado a linguística por excelência.. (p. 9)

Também Faraco (2004), em suas considerações sobre os estudos pré-saussureanos, chama a atenção para o fato de que a Saussure só foi possível estabelecer o corte epistemológico nos estudos linguísticos porque o terreno já havia sido preparado por uma longa tradição de buscas e investigações sobre a língua e sua natureza. Nesse sentido, o autor afirma: “Embora à primeira vista haja no gesto de Saussure uma ruptura com o modo de fazer linguística do século XIX, podemos também pensá-lo como um gesto de continuidade.” (p. 28). A par de toda a tradição de estudos que se construiu desde a Antiguidade até o final do século XVIII, foi somente a partir desse último período, com os estudos histórico-comparatistas, que a linguagem passará a ser tratada com um fim em si mesma, sendo estabelecido o princípio da imanência.

2. 2 A gramática comparada e a linguística indo-europeia como marco dos estudos linguísticos do século XIX

Coube a Saussure dar “o arremate final” à noção de língua como um sistema de signos independente, mas isso só lhe foi possível graças às formulações anteriores, que foram desencadeadas principalmente por William Jones em suas pesquisas sobre as relações entre o sânscrito, o grego e o latim e que, segundo Faraco, constituíram “[...] o marco simbólico do início da Linguística como ciência” (2004, p. 29). Desde então, o entusiasmo pelas pesquisas linguísticas tomou conta de toda a Europa e, cada um por seu turno, grandes nomes se sucederam nas descobertas sobre o estudo da linguagem e nas proposições delas decorrentes.

Faraco não menciona o trabalho que Câmara Jr. considera pioneiro dentre eles. Trata-se das pesquisas do dinamarquês Ramus Rask, “[...] o primeiro estudioso a fazer progressos na técnica da comparação histórica entre línguas” (CÂMARA JR., 1975, p. 31). Esse entusiasta estudioso do islandês investigou as relações entre essa antiga língua escandinava e o dinamarquês e estabeleceu as bases do método comparativo entre línguas, insistindo na importância das comparações gramaticais, muito mais significativas do que a simples comparação de palavras. Sendo sua obra pouco divulgada e sendo esses princípios retomados por Franz Bopp, coube a este último o título de fundador da Ciência Histórico-Comparativa da Linguagem.

De qualquer modo, a descoberta do sânscrito e sua divulgação na Europa por William Jones suscitou uma série ininterrupta de investigações e descobertas nos meios eruditos da Europa. Ligados à Escola de Estudos Orientais de Paris, Friedrich Schlegel e Franz Bopp publicam textos em que se confirma o parentesco do sânscrito com várias línguas ocidentais e procede-se a comparações de aspectos da morfologia verbal, dando-se início ao método comparativo. Bopp escreve sua *Gramática Comparativa* das línguas da família que ele denominou de indo-europeia, sendo por isso considerado o fundador dos estudos linguísticos relativos a essa família de línguas. Jacob Grimm aprofunda as investigações de Bopp e deduz “[...] as correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações regulares no tempo” (p. 32), formulando as conhecidas leis de Grimm, mais tarde aperfeiçoadas por Karl Verner.

Os estudos de filologia passam, agora, a ter um sentido diferente daquele empreendido pelos gregos da Antiguidade e a coexistência de línguas oriundas do latim, língua que fornecia ampla documentação escrita, permitiu que fossem testados os métodos de investigação de ascendentes linguísticos, tendo surgido, por isso, os estudos de filologia românica.

O método histórico-comparativo de estudo das línguas estava assim inaugurado, e sua importância se deve principalmente ao fato de que, com ele, as pesquisas linguísticas ganharam *status* de investigação científica e prepararam o surgimento da Linguística como ciência. Durante todo o século XIX, no entanto, o entusiasmo por esses estudos se concentrou principalmente

na continuação das investigações sobre o sânscrito e o parentesco entre as línguas indo-europeias, aprofundando-se a metodologia da comparação entre elas. Levando adiante as investigações de Bopp e Grimm, August Pott deu ênfase à fonética e à derivação vocabular, levantando interessantes aproximações, por exemplo, entre o persa moderno e o inglês.

O método comparativo, ainda que combatido por alguns linguistas da época, como nos informa Mattoso Câmara Jr. (1975, p. 47), foi ganhando adeptos entusiastas nas pesquisas do indo-europeu. Dentre eles, não se pode deixar de citar August Schleicher, além de linguista, um estudioso das ciências naturais, profundamente influenciado pelas ideias evolucionistas de Darwin. Especialista em gramática comparativa, tinha como alvo de suas pesquisas reconstruir o protoindo-europeu. Concebeu, para isso, uma árvore genealógica, procurando demonstrar que “[...] as línguas nascem de uma língua-mãe, das línguas-ramo nascem ramos menores e desses ramos menores surge uma bifurcação de dialetos. Finalmente, temos o tronco da árvore – a *Ursprache*, ou a protolíngua indo-germânica.” (CÂMARA JR. 1975, p. 52). Ainda que, hoje em dia, a demonstração de Schleicher seja considerada incompleta, sua classificação foi altamente significativa para impulsionar os estudos comparativos das línguas indo-europeias, a tal ponto que essas pesquisas passaram a integrar definitivamente a historiografia do desenvolvimento da Linguística Histórico-Comparativa. Deve-se a ele, por exemplo, a classificação das línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais.

Na historiografia linguística, é de inquestionável importância, para o aprofundamento dos estudos histórico-comparativos e para o desenvolvimento do que, mais tarde, viria a ser propriamente a ciência da linguagem, o movimento dos neogramáticos. O movimento se consubstanciou a partir do final do século XIX e, ainda que tendo trazido contribuições novas ao estudo e à compreensão da linguagem, firmou-se, antes de tudo, na continuação da abordagem histórica, fora da qual, acreditavam, não seria possível esse estudo. Segundo Câmara Jr. (1975, p. 76), assim afirmava Herman Paul, um dos principais representantes dessa geração : “[...] o único estudo científico da língua é o estudo histórico”. E acrescenta : “[...] todo estudo linguístico-científico que não é histórico em seus objetivos e métodos só pode ser

explicado em consequência de uma deficiência do investigador ou de deficiências nas fontes de que dispõe.” Esse movimento se desenvolveu na chamada Escola de Leipzig, tendo nascido de uma polêmica entre dois eminentes estudiosos alemães, Georg Curtius e Karl Brügman a respeito da interpretação da consoante nasal no protoindoeuropeu e acabou se caracterizando por seu caráter altamente radical e polêmico.

Os neogramáticos, influenciados pelas ideias positivistas e evolucionistas, adotaram rigorosamente o princípio de que as mudanças fonéticas ocorriam como resultado de uma ação mecânica “[...] de forças fisiológicas e psíquicas que escapam ao controle humano” (CÂMARA JR., op. cit. p. 75) e deveriam ser explicadas nos seus mecanismos. Para eles, não interessava simplesmente reconstruir as línguas remotas pela comparação de vocábulos e estruturas; mais importante seria criar uma teoria da mudança. Essa teoria adotava o princípio da inexceptionalidade das leis fonéticas. Nesse caso, as irregularidades verificadas nas mudanças linguísticas seriam explicadas não como simples exceções, mas como resultado de empréstimos ou de analogia, ou se aceitaria que aquele princípio causador da aparente irregularidade era ainda desconhecido. Segundo os neogramáticos, as leis fonéticas se aplicavam de forma cega, absoluta, de sorte que as mudanças eram vistas como tendo ocorrido concomitantemente em todos os vocábulos, na mesma época, em todos os lugares, sem exceção. Esse rigor provocou, mais à frente, a reação de outros linguistas, que demonstraram que, ao contrário disso, as mudanças ocorrem de forma gradual e diferenciada no espaço geográfico e no interior dos dialetos, sujeitas a fatores outros como gênero, idade, nível de escolaridade do falante. Isso será, mais tarde, demonstrado pela Sociolinguística. De qualquer modo, segundo avalia Faraco (2004, p. 36) referindo-se aos neogramáticos, “[...] o rigor metodológico que introduziram no enfrentamento dos problemas de história das línguas teve particular importância no desenvolvimento da Linguística Histórica.”

Principalmente a partir dos neogramáticos, os estudos comparativos das línguas do ramo indo-europeu ganharam novo impulso, sendo novas línguas estudadas, como o céltico, o lituano, o báltico, o eslavo, o esloveno, o albanês, o armênio. Quanto ao armênio, foi a doutrina neogramática das leis

fonéticas que capacitou a Linguística indo-europeia a esclarecer sua posição como um ramo especial da família indo-europeia (CÂMARA JR.,1975, p. 86). O ramo germânico, naturalmente, foi muito estudado pelos neogramáticos alemães. Também o foi a língua grega que se supunha ter estreita relação com o latim, suposição que o desenvolvimento da Linguística evidenciou ser incorreta. Essa mesma técnica desenvolvida pelos neogramáticos de estudar conjuntamente duas línguas profundamente associadas através da História e de uma cultura comum tornou possível o estudo histórico-comparativo do osco-úmbrio.

De grande significação para os estudos comparativos das línguas foi a investigação sobre a origem comum das línguas românicas empreendida pelos neogramáticos. Isso porque puderam testar suas teorias, a partir do exame dos documentos do latim, considerada a protolíngua da família românica. Nessa investigação, dois nomes se destacaram: Friedrich Diez, considerado o fundador da Linguística Românica, e Wilhelm Meyer Lübke, que salientou a importância do latim vulgar e dos dialetos populares, muito mais que o latim clássico para a formação das línguas desse ramo.

Além disso, a contribuição dos neogramáticos foi bastante significativa para os estudos subsequentes de linguagem. Algumas teses foram retomadas modernamente, como as de Herman Paul, que ficou conhecido dentre os neogramáticos também por ter adotado o ponto de vista psicológico e subjetivista para explicar a origem das mudanças linguísticas, fruto da ação dos falantes entre si. Seu ponto de vista de que as mudanças linguísticas se originam no processo de aquisição da língua é outro que tem sido reformulado modernamente; sua tese segundo a qual há necessidade de se aplicar a todas as línguas os aspectos inferidos sobre a evolução de línguas particulares pode também ser entrevista na discussão do princípio da gramática universal de Chomsky.

Nesse panorama rapidamente traçado dos estudos de linguagem até o século XIX, é preciso incluir o advento dos estudos de fonética, motivados pelas pesquisas do sânscrito e do trabalho dos gramáticos hindus. Até então, observações fonéticas haviam sido pouco significativas pelo fato de os estudos, tanto entre os gregos e romanos antigos, quanto entre os da Idade

Média e dos séculos subsequentes se concentrarem nos textos escritos, exceção feita do interesse pelos estudos de língua estrangeira, nos séculos XVII e XVIII, e que resultou em algumas conclusões pouco consistentes. Entre os hindus, no entanto, os estudos de fonética haviam sido de grande importância, principalmente no que diz respeito à descrição dos sons vocais e à fonética articulatória, o que era fundamental para se preservar a pronúncia dos textos sagrados dos Vedas. Com eles, os estudos europeus ganharam enormemente.

Uma síntese das teorias linguísticas que marcaram a evolução dos estudos linguísticos até o século XIX revela, ao final, a par de uma busca incessante de respostas sobre a natureza da linguagem, um extraordinário amadurecimento dos métodos de investigação e análise dos fatos linguísticos, desde a construção da gramática filosófica grega até as últimas consequências do histórico-comparativismo, que viu nas línguas a manifestação da história da humanidade. No século XIX, no entanto, ao lado de todo o esforço da comunidade cultural europeia no sentido de desvendar os mecanismos de funcionamento da linguagem, uma figura permaneceu isolada, por procurar dar à compreensão da natureza da linguagem uma interpretação filosófica. Trata-se do alemão Wilhelm von Humboldt, que viu a língua como “[...] uma incessante criação de cada falante, ou, como ele mesmo exprimiu através de um outro termo grego, uma ‘energeia’.” (CÂMARA JR., 1975 p. 29). Para ele, através da análise de todas as línguas do mundo, se poderia chegar a uma descrição da mesma noção gramatical expressa em diferentes línguas. No século XX, essa ideia será retomada pelos gerativistas ao buscarem os princípios da gramática universal.

2.3 Saussure e o impacto dos estruturalismos

Fazendo parte, inicialmente, do grupo dos neogramáticos, preocupados com as investigações histórico-comparativistas das línguas indo-europeias, o eminente estudioso suíço Ferdinand de Saussure reagiu, posteriormente, ao ponto de vista de Hermann Paul, para quem a abordagem histórica das línguas era a única recomendável. Adotando formulações contrárias ao modelo então

vigente para os estudos de linguagem, chegou à concepção segundo a qual a língua é um conjunto de relações, constituindo um sistema que é mais fundamental do que os próprios elementos que o constituem.

Saussure procurou demonstrar isso através da metáfora do jogo de xadrez, em que o que realmente interessa são as regras que determinam os movimentos das peças. O sentido está relacionado à noção de valor determinado pela ideia de oposição em que se colocam os signos linguísticos, de tal modo que tudo se constitui dentro do próprio sistema, nada dependendo das situações externas à língua. Saussure valorizou, assim, o estudo imanente da linguagem e estabeleceu rigorosa oposição entre o sistema (*langue*) e seu uso (*parole*), dedicando-se exclusivamente ao estudo da *langue*.

Para isso, demonstrou a importância da sincronia em oposição à diacronia alvo de principal interesse dos comparativistas. Para ele, a língua é pura forma e como tal deve ser estudada, adotando-se o princípio de que as formas que articulam os sons (significante) e os sentidos (significado) são arbitrárias em todas as línguas. "Saussure tinha descoberto na língua uma construção legitimamente estrutural" (FARACO, 2004, p. 64). E, ainda que não se tenha nenhum exemplo acabado de análise linguística por ele empreendido, o modelo estruturalista que ele propôs determinou uma virada nos estudos linguísticos estabelecendo-se, a partir de então, as bases de uma verdadeira ciência da linguagem. Refletindo sobre isso, Faraco (2004, p. 68), cita o linguista italiano Raffaele Simone, que afirma: "[...] a axiomática saussureana é extremamente ampla, de modo que são poucas, hoje, as teorias linguísticas que podem declarar-se autenticamente não saussureanas." O ponto de vista sincrônico nos estudos de linguagem foi definitivamente adotado em todas elas e as mudanças linguísticas passaram a ser vistas sob o ponto de vista estrutural, devendo ser analisadas dentro do sistema, isto é, em relação aos outros elementos da língua

Esse novo paradigma se tornou a base de todos os estudos linguísticos posteriores, tanto na Europa quanto na América e está subjacente às pesquisas da Escola Linguística de Praga frequentada por linguistas da envergadura de Wilhem Mathesius, Roman Jakobson, Troubetzkoy. Também o

estruturalismo é a base da glossemática de Luis Hjelmslev e do funcionalismo de André Martinet que se expandiu na França, um dos países que mais se entusiasmaram por esse novo modelo. Nos Estados Unidos, o estruturalismo teve principalmente em Franz Boas e Edward Sapir seus pesquisadores que, inspirados na importância dos estudos da sincronia advogada por Saussure, se empenharam no projeto de estudar as línguas indígenas. Faraco (op. cit., p.78) afirma que os estruturalistas americanos não se reconhecem saussureanos, mas ligados a Leonard Bloomfield. O que se pergunta é a quem devem eles o estruturalismo de Bloomfield senão ao corte saussureano?

Fora dos estudos de linguagem, o estruturalismo de Saussure significou também o nascimento de um novo paradigma, tendo a Linguística se tornado uma "ciência piloto": a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, a Teoria Literária e a Estética nela buscaram o novo modelo de análise.

2.4 O Estruturalismo saussureano : uma revolução científica?

Reportemo-nos, agora, ao que ficou dito na introdução deste ensaio, relativamente à teoria da evolução das ciências proposta por Kuhn e à hipótese de Dascal (1978, p. 19) assim expressa: "A sucessão relativamente rápida, na história recente da linguística, de teorias e abordagens radicalmente distintas e conflitantes entre si parece indicar a ocorrência, nessa disciplina, de várias 'revoluções científicas' durante um período relativamente curto". O que ficou exposto sobre o desenvolvimento dos estudos linguísticos nos leva a crer que, no final do século XIX, tenha ocorrido uma primeira revolução científica. Podemos agora concluir que o corte saussureano constituiu, sem dúvida, o período do estabelecimento da ciência extraordinária, quando um novo paradigma foi encontrado. Os desdobramentos da abordagem estruturalista evidenciaram a reinstalação do período de ciência normal que, mais à frente, será novamente desestabilizada pelo surgimento do paradigma chomskyano.

3 O Funcionalismo

A partir da década de 70, começaram a se desenvolver, no campo dos estudos linguísticos, algumas ideias que germinavam desde a instalação do paradigma saussureano. Segundo o que reflete Kuhn² a respeito da evolução das ciências, tudo indica serem essas ideias aquelas "frestras" ou "interstícios" que possibilitam o desenvolvimento de novos pontos de vista, que podem, ou não, gerar, mais à frente, a contestação do paradigma dominante. Caso isso aconteça, se identificará o período de ciência extraordinária; caso contrário, feitos os reajustes dentro da teoria proposta pelo paradigma dominante, o "quebra-cabeças" estará resolvido e o desenvolvimento das investigações continuará dentro do chamado período da ciência normal.

As ideias a que se está referindo dizem respeito a um dos polos gerados pela radicalização do ponto de vista formal dos estudos de linguagem, adotado por Saussure. Trata-se do aspecto funcional da linguagem. Mas, antes mesmo da instalação do paradigma saussureano, Whitney já procurava ressaltar a visão segundo a qual a linguagem é um instrumento de comunicação. Mattoso Câmara (1975) assim apresenta o o ponto de vista desse estudioso da linguagem: "Admite que os sons da linguagem foram produzidos pela imitação dos sons da natureza, naquele estágio em que não constituíam a língua no seu verdadeiro sentido. A língua foi criada somente quando o pensamento humano excogitou empregar os sons vocais com propósito comunicativo." (p. 59). E mais à frente: "Faz também a distinção entre linguagem e pensamento. Para ele, a linguagem vem depois do pensamento e nada mais é do que um instrumento do pensamento." (Idem).

Também em Gabelentz e Herman Paul, se pode entrever uma visão não unicamente formalista, porque, segundo Pezatti (2004), "[...] assentaram o enfoque linguístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos no final do século XIX, entendendo que se deve explicar a estrutura linguística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais".

² Ver DASCAL, 1978.

Já dentro do Círculo Linguístico de Praga, no início do século XX, principalmente por influência do psicólogo alemão Karl Bühler³, a função desempenhada pela forma linguística na construção dos enunciados e que estava ligada à intenção do usuário da língua passou a atrair os estudiosos da linguagem. Bühler chegou a reconhecer três funções da linguagem: a de *representação*, também conhecida como referencial; a de *exteriorização psíquica* e a de *apelo*. Roman Jakobson - um dos expoentes da escola - ampliou a compreensão de outras funções da linguagem para além daquela através da qual se fazem as referências. Esse aspecto, como se vê, vai além da investigação da estrutura linguística e das relações internas entre seus elementos, alvo de interesse do estruturalismo e aponta para a intenção que fundamenta o discurso. É o que tem sido modernamente chamado de "noção teleológica de função" (MARTELOTTA, 2003, p. 19).

3.1 Pressupostos teóricos

A visão funcionalista da língua tem se desenvolvido, como se disse acima, principalmente a partir das três últimas décadas, sob a designação geral de *funcionalismo*. Na verdade, são muitos os funcionalismos, todos eles tendo em comum o fato de reivindicar, para a análise linguística, a importância da participação do falante na construção do discurso e, conseqüentemente, sua interferência no processo de gramaticalização de elementos discursivos e até mesmo no da mudança linguística. Neves (1994) adverte: "Um bom modo de sintetizar o pensamento básico das teorias funcionalistas é lembrar Martinet (1978), que aponta, como objeto da verdadeira linguística, a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua." O que interessa, na abordagem funcionalista, em última análise, é o exame dos recursos que o falante utiliza para exercer sua competência comunicativa, apoiando-se nas estruturas linguísticas configuradas como funções.

Pezatti (op. cit) encontra as raízes do funcionalismo em fontes mais modernas como:

³ Ver MARTELOTTA, Mário Eduardo (2003)

[...] na tradição antropológica americana com o trabalho de Sapir (1921, 1949) e seus seguidores; na teoria tagmêmica de Pike (Pike, 1967); no trabalho etnograficamente orientado de Hymes (que introduziu a noção de Firth (1957) e Halliday (1970, 1973, 1985); e em um sentido diferente também na tradição filosófica que, a partir de Austin (1962) e por meio de Searle (1969), conduziu à teoria dos Atos de Fala. (p. 167)

A mesma autora reconhece, nos Estados Unidos, diferentes tendências do estudo funcionalista e procura agrupá-las em torno de nomes como Talmy Givón, Charles Ly, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper, Scott DeLacey, John DuBois, na Califórnia; Van Valin (Gramática de Papel e de Referência), em Buffalo, New York; Lakoff e Langacker, em Berkeley.

Ainda que a teoria funcionalista esteja se construindo sob diferentes enfoques, dois aspectos fazem reconhecer tratar-se dos mesmos princípios subjacentes. O primeiro deles é a concepção de linguagem vista como instrumento de comunicação e de interação social. O segundo, como consequência do primeiro, não separa a linguagem como objeto de estudo e seu uso. "A linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise, comunicativas" (Idem, p. 168). Há, portanto, estreita relação entre linguagem e uso, não tendo mais sentido estudá-la com um fim em si mesma.

Segundo o que apresenta Martelotta (2003), coube a Givón a refutação dos três dogmas de Saussure - a arbitrariedade do signo linguístico, a oposição sincronia x diacronia e a idealização da língua em detrimento da fala - para se compreender o enfoque funcionalista. Quanto ao primeiro deles, o próprio Saussure reconheceu haver exceções, ainda que as julgasse irrelevantes, por serem poucas. No entanto, debruçando-se nas questões do uso, isto é, na criação dos falantes, o funcionalismo demonstrou que se pode facilmente identificar a interferência deles no sistema linguístico tanto no nível lexical, quanto no semântico e mesmo no morfossintático, criando-se novas formas de expressão, a partir das necessidades comunicativas do falante, determinadas pelo contexto.

São, assim, as criações vocabulares por motivação fonética (as onomatopeias) e morfológica (palavras derivadas ou compostas); a ordenação

sintática dos enunciados na mesma ordem dos acontecimentos no mundo real; bem como outros aspectos como os relacionados “[...] à extensão da sentença assim como à ordenação e à proximidade dos elementos linguísticos que a compõem, dependendo de fatores como complexidade semântica, grau de informatividade dos referentes no contexto e proximidade semântica entre conceitos” (MARTELOTTA, 2003, p. 26). Essa busca de correspondência natural entre forma e função, que os funcionalistas denominam *iconicidade*, se opõe, como se vê, ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico.

Está ligado ao recurso da iconicidade o princípio da marcação, que obedece a uma escala: quanto mais complexa a estrutura, mais marcada se apresenta. Veja-se a negativa *Ela não vai sair não*, em que há duas marcas para a mesma função, em oposição à forma padrão *Ela não vai sair*, menos marcada e morfologicamente mais simples.

O segundo dogma saussureano contestado pelos funcionalistas é o conseqüente da oposição *langue x parole*, que valoriza apenas a primeira. Como se viu acima, o falante desempenha um papel importante na alteração do sistema linguístico a partir de suas necessidades de comunicação nas interações entre interlocutores. “A *parole*, o casual que caracteriza o discurso, passa a ser a gênese do sistema que, por sua vez, alimenta o discurso” (MARTELOTTA, 2003, p. 27). Segundo as necessidades entrevistadas pelo falante, unidades são incorporadas ao discurso pelo princípio da iconicidade; tornando-se usuais, se fixam, gramaticalizam-se e passam a fazer parte do sistema; essa perfeita simbiose, possibilitando o grau máximo de economia comunicativa, determina o desgaste da unidade em uso, provocado pelo esvaziamento semântico e resultando no seu retorno ao discurso.

Veja-se, por exemplo, o ocorrido com a expressão *não é?* que, atualmente, com a forma desgastada *né?*, assumiu a função de meramente preencher a pausa causada pela perda da linearidade do discurso. O mesmo tem acontecido com o relativo *onde*. Ao lado de sua função de pronome, remetendo à noção de lugar, espaço físico, passou, a desempenhar uma função metafórica ligada à noção de tempo e, progressivamente, tornou-se um recurso para se organizar discursivamente a informação, função desprovida de qualquer valor semântico.

Givón afirma existir um caráter cíclico nessa evolução linguística, que ele representa na seguinte escala : discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero. Apresentando essa escala, Cunha et alii (2003) afirmam:

De acordo com essa trajetória unidirecional de gramaticalização, alguns itens lexicais passam a ser utilizados em contextos nos quais desempenham certa função gramatical, ainda não totalmente fixada. Progressivamente, via repetição, seu uso torna-se mais previsível e regular, resultando numa nova construção sintática com características morfológicas especiais, podendo, posteriormente, desenvolver-se para uma forma ainda mais dependente, como um clítico ou um afixo, com eventuais adaptações fonológicas. Com o aumento da frequência de uso, essa construção tende a sofrer desgaste formal e funcional que poderá causar seu desaparecimento, dando início a um novo ciclo. (p.54)

Os exemplos apresentados acima ilustram essa progressão.

Tanto a gramaticalização quanto a discursivização demonstram, segundo o funcionalismo, que o terceiro dogma saussureano, a oposição sincronia x diacronia, também deve ser revisto. Conforme Givón, há um caráter cíclico no processo de mudança, que está ligado às necessidades comunicativas dos falantes, de modo que há processos de mudança que se mantêm atuantes ao longo do tempo. Cunha et alii (2003, p. 27-28) assim explicam:

Em outras palavras, há um conjunto de processos de mudança que atuam com relativa regularidade sobre os elementos linguísticos, estendendo-lhes o sentido. De uma perspectiva histórica, esses processos podem dar a impressão de uma sequência de mudanças ocorridas no tempo; de uma perspectiva sincrônica, o que se observa é um conjunto de polissemias coexistindo.

Por tudo isso, segundo os funcionalistas norte-americanos,

pode-se dizer que o funcionalismo tende a adotar uma concepção pancrônica de mudança (...), observando não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal, já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações. (Idem p. 27-28)

Para demonstrar alguns princípios funcionalistas que se opõem ao formalismo saussureano, abordamos a iconicidade, a marcação e os processos

de gramaticalização, unidirecionalidade e discursivização. É indispensável, no entanto, tratar aqui também de outros dois processos fundamentais dentro da visão funcionalista. Trata-se do conceito de transitividade e planos discursivos e de informatividade.

Quanto à transitividade, o funcionalismo reconhece não apenas no verbo, mas em toda a sentença a possibilidade de transferência de atividade de um agente para um paciente. Hopper e Thompson (apud CUNHA et alii, 2003, p.37), considerando a transitividade uma noção contínua e escalar, estabeleceram, para se analisar esse atributo, “[...] um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença.” Abaixo, se transcreve esse quadro :

Transitividade alta Transitividade baixa

1. Participantes	dois ou mais	Um
2. Cinese	ação	não-ação
3. Aspecto do verbo	perfectivo	não perfectivo
4. Punctualidade do verbo	punctual	não-punctual
5. Intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
6. Polaridade da oração	afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
8. Agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
9. Afetamento do objeto	afetado	não-afetado
10. Individuação do objeto	individuado	não-individuado

Numa sentença como *O policial prendeu o bandido com facilidade*, temos o grau máximo de transitividade, porque ela apresenta os dez traços da escala. Ao contrário desse caso, a sentença *Essa tarde parece triste* apresenta baixo grau de transitividade, porque contém apenas dois traços da escala (modalidade *realis* e polaridade afirmativa). Segundo os mesmos autores, deve-se reconhecer um princípio universal no “[...] evento causal prototípico, que é definido como um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física perceptível de estado ou locação em um objeto” (CUNHA, 2003, p. 38).

A escolha do grau de transitividade da sentença constitui uma função discursivo-comunicativa, representando a maneira como o autor constrói seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos, tendo em vista o contexto situacional em que se inclui seu interlocutor. A transitividade da sentença permite ao autor determinar a perspectiva em que se situa, para orientar seu interlocutor na compreensão de sua mensagem. “O grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto, correspondentes à figura, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas correspondentes ao fundo.” (CUNHA, 2003, p. 39)

A consequência pragmática dessa ordenação sintática está em que as porções do texto correspondentes à figura se tornam mais facilmente compreensíveis, por serem mais evidentes. Outra consequência está na possibilidade de se poder organizar esses planos discursivos num *continuum*, estabelecendo-se graus de “fundidade”, do que resulta a possibilidade de se obter importantes efeitos discursivos. Observe-se o trecho : *A escolha de candidatos às prefeituras municipais foi feita com a participação significativa de eleitores, não havendo muita abstenção nem faltando clareza na manifestação de suas preferências.* Compare-se : *Um número altamente significativo de eleitores fez a escolha de candidatos às prefeituras municipais; compareceram às urnas e manifestaram claramente o que pensavam.*

A segunda versão, sem dúvida, apresenta, do ponto de vista do dinamismo comunicativo, a centralização do que seria a figura, como efeito da marcação punctual do verbo (*fez e compareceram*) e de todos os outros

marcadores de transitividade oracional. Se a intenção do autor tiver sido dar destaque à figura, pode-se considerar bem construído o seu texto, porque os dois planos discursivos, figura e fundo, ficaram bem delineados.

A informatividade é outro parâmetro utilizado pelo falante/escritor quando necessita codificar uma informação do mundo exterior ou de seu próprio mundo pessoal, para transmiti-la a seu interlocutor. Para que essa comunicação tenha êxito, é preciso ter bem determinados os elementos da mensagem cujo conhecimento é partilhado pelos interlocutores. A informação já conhecida, tema, é normalmente colocada no início da sentença e corresponde, no sistema de predicação, ao sujeito; o rema é a parte da informação considerada nova e ocupa, normalmente a porção final da sentença, correspondendo ao predicado.

Apresentando essa questão do *status* informacional da sentença, Cunha et alii (2003, p. 44) acrescentam: "A questão da informatividade é abordada na linguística funcionalista principalmente a partir da classificação semântica da codificação de referentes no discurso, demonstrando que a forma como um referente é apresentado no discurso é determinada por fatores de ordem semântico-pragmática." Para codificação dos referentes, o falante/autor determina se seu interlocutor compartilha com ele as mesmas informações, ou se ao menos é capaz de inferi-las. Desse modo, introduz no enunciado um referente novo, velho ou inferível, levando em consideração que há regras semântico-pragmáticas que devem ser obedecidas para a codificação desse referente. Por exemplo, os SNs introduzidos pela primeira vez no discurso devem ser indefinidos (*Entrou candidato demais*); os referentes evocados, aparecem com SNs definidos (*Os professores aceitaram os pedidos de revisão*). Enfim, há uma escala de apresentação dos referentes segundo esse critério de disponibilidade ou não de conhecimento partilhado entre os interlocutores: anáfora zero, pronome, SN indefinido e SN definido.

O funcionalismo, ainda que sujeito a críticas e reajustes, apontados no interior do próprio modelo, tem demonstrado ser um parâmetro de análise grandemente aceito nos estudos de Linguística contemporâneos.

4 A Sociolinguística

Como atrás ficou dito, a proposição do paradigma saussureano foi provocando, pouco a pouco, reações entre os linguistas. A radicalização da abordagem imanente da língua, aprofundada na segunda metade do século XX pelo gerativismo, não contou com a adesão de certos estudiosos que, cedo, viram justamente na fala, colocada de lado pela proposta de Saussure, um dos aspectos fundamentais da construção do fenômeno da linguagem. Essa reação já ficou aqui consignada, quando, no item anterior, se esboçou o advento da perspectiva funcionalista. O que se pretende agora é tratar de outro enfoque dessa reação, aquele que reivindica, para os estudos da língua e da linguagem, a valorização da fala e suas realizações dentro do contexto social.

Já Hugo Schuchardt, contemporâneo da revolução estruturalista, como afirma Faraco (1991, p. 96), “[...] chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existente numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores, como o sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante”, chegando mesmo a perceber a influência mútua dessas variedades.

Também, Meillet, discípulo de Saussure, indicou o caráter social da língua, marcado pela cultura e pela civilização, como causa de sua heterogeneidade geradora de mudanças. Quando afirma que “[...] todo fato linguístico é manifestação de um fato de civilização” (1951, p. 168, apud FARACO, op. cit. p. 97), está apontando para a necessidade do estudo em conjunto dessas duas entidades, a língua e a sociedade.

Ainda que o entusiasmo gerado pelos estudos formalistas predominasse no século XX, a perspectiva social continuou sendo apontada, aqui e ali, por outros linguistas. Entre eles, destaca-se Mikhail Bakhtin, que reivindica, para os estudos de linguagem, a realidade da comunicação social cujo caráter fundamental reside na interação verbal. Roman Jakobson acrescenta a essa perspectiva os aspectos funcionais da linguagem, ligados aos fatores constitutivos do ato verbal, estando esses fatores representados por qualquer um dos elementos do processo comunicativo, sejam o emissor, o destinatário, a mensagem, o contexto, o canal, o código. Também nessa

perspectiva, como se vê, afasta-se da consideração da língua como uma entidade autônoma, desvinculada de suas condições de produção.

O linguista francês Émile Benveniste é outro importante nome a se considerar no cenário dos estudos de linguagem que apontam para o caráter social dessa entidade. Para ele, não se pode separar a língua, o indivíduo e a sociedade, pois “[...] é dentro da e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente.” (Apud ALKMIM, 2003, p. 26). Além disso, acrescenta ele uma dimensão privativa da linguagem, “[...] seu poder coercitivo, que transforma um agregado de indivíduos em uma comunidade, criando a possibilidade da produção e da subsistência coletiva.” (Idem, op.cit. p.27). Como se vê, Benveniste também requer, para os estudos de linguagem, sua inserção no conjunto dos fatos sociais, rejeitando, portanto, a abordagem imanente praticada pelos formalistas.

A partir da década de 60, principalmente graças à atuação de William Labov, que se debruçou sobre a realidade dos falares dos negros americanos, os estudos da língua voltados para a perspectiva social se firmaram definitivamente, dando lugar ao nascimento da *Sociolinguística*. É preciso, no entanto, lembrar que as pesquisas de Labov foram possíveis a partir das que já tinham sido empreendidas, no início do século XX, por outros linguistas americanos, como F. Boas, Edward Sapir e Benjamin L. Whorf, que, como já foi dito atrás (v. item 2.3), se interessaram em estudar as línguas indígenas dos Estados Unidos. Tais estudos, como se pode deduzir, são inseparáveis de outros compreendidos pelas ciências sociais, como os de Antropologia, de Psicologia, o que determinou que a Sociolinguística se constituísse com um caráter interdisciplinar.

Procurando construir o enquadre da constituição das pesquisas sociolinguísticas, Alkmim (2003) cita ainda Del Hymes que,

em 1962 publica um artigo que propõe um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, rebatizada mais tarde como Etnografia da Comunicação. De caráter interdisciplinar, buscando a contribuição de áreas como a Etnologia, a Psicologia e a Linguística, o novo domínio pretende descrever e interpretar o comportamento linguístico no contexto cultural e, deslocando o enfoque tradicional sobre o código linguístico, procura definir as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais próprias a cada comunidade. (p. 30)

Todo esse movimento de reflexão sobre a língua em direção a sua realidade social, centrada no produto individual da fala, se adensou e passou a constituir um campo específico da Linguística, opondo-se à abordagem formalista. Embora sob esse guarda-chuva se abriguem vários diferentes enfoques das relações entre língua e sociedade, a Sociolinguística propriamente dita pode ser compreendida sob um ponto de vista específico, como se verá a seguir.

4.1 O que pretende a Sociolinguística

O termo Sociolinguística surgiu, finalmente, em 1964 como título do trabalho apresentado por William Bright (Sociolinguistics) num congresso realizado na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). O congresso reuniu linguistas interessados nos estudos das relações entre língua e sociedade. Para Bright (apud ALKMIM, 2003, p. 28) a Sociolinguística “[...] deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social. Ou seja, relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade.”

Como se vê, o conceito de Bright para a Sociolinguística faz um recorte no quadro geral dos estudos das relações entre língua e sociedade, fixando como campo específico desse enfoque a chamada Sociolinguística Variacionista. Corroborando esse ponto de vista Mollica (2003, p. 9) afirma: “A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente.”

Ainda assim, são também consideradas áreas de interesse da Sociolinguística o contato entre as línguas, o surgimento e a extinção delas, o multilinguismo

Para a Sociolinguística, como afirma Camacho (2003, p. 50), “[...] o exame da linguagem no contexto social é tão importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, que a relação entre língua e sociedade é encarada como indispensável, não mero recurso interdisciplinar.”

A Sociolinguística parte do princípio fundamental de que a língua é heterogênea. Isso devido ao fato de que, em toda comunidade, os falantes

empregam modos diferentes de se expressar, o que, longe de ser um problema, se constitui uma qualidade específica do fenômeno linguístico que, além de seu aspecto formal e estruturado, exhibe essa outra faceta, a da variação. Veja-se, por exemplo, no português do Brasil, o emprego de construções sintáticas do tipo “você pode levá-lo ele”, “fui no cinema”, “tô cansado”, “os aluno fez o dever”, ao lado das formas equivalentes “você pode levá-lo”, “fui ao cinema”, “estou cansado”, “os alunos fizeram os deveres”.

Aqui vale considerar uma diferença importante que marca a oposição entre a Sociolinguística de um lado e, de outro, a Linguística estruturalista e a gerativista. Para estas, as formas em variação não alteram o valor semântico dos enunciados, sendo por isso consideradas simples variantes livres. Para a Sociolinguística, ao contrário, essas diferenças são produtivas seja para a identificação das motivações que as determinam, seja como marcadores da identidade do falante, sua origem geográfica, sua posição social, seu nível de escolaridade, etc.

Como exemplo do primeiro caso, Camacho (2003, p. 53) demonstra que a preservação, pelo falante do português, da fricativa alveolar /s/ na posição inicial do sintagma nominal, como em “os aluno esperto voltou”, tem como função “[...] bloquear o avanço do processo fonológico de erosão das consoantes em posição de sílaba átona final e preservar a função morfológica de indicação de pluralidade do segmento sonoro /s/.”

Esse exemplo demonstra que, ao lado da diversidade, atua também, na constituição das línguas, o impulso contrário que age no sentido de se manter a unidade. Veja-se o que, sobre isso, afirma Mollica (2003, p. 12):

Todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade. Esse princípio opera por meio da interação e da tensão de impulsos contrários, de tal modo que as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas: de um lado, o impulso à variação e possivelmente à mudança; de outro, o impulso à convergência, base para a noção de comunidade linguística, caracterizada por padrões estruturais e estilísticos. Assim, as línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade. Note-se que isso só é possível porque a dinamicidade linguística é inerente e motivada.

Quanto ao reconhecimento da identidade do falante, discutiremos, mais à frente, essas características.

4.2 Variáveis e variantes

Em Sociolinguística, chamam-se *variantes* as formas da língua que se encontram em variação e são influenciadas por determinados fatores, denominados *variáveis*. A regência verbal em português é um exemplo de fenômeno variável, especificamente denominado *variável dependente*. Isso porque a escolha de uma ou outra variante é influenciada por fatores de natureza interna, isto é, estrutural – os de natureza fonomorfossintática, os semânticos, os discursivos e os lexicais; também podem influenciar a variação fatores de natureza externa, ou social – a etnia, o sexo, a idade, o nível de renda e de escolarização, a profissão, etc. Esses grupos de fatores que influenciam a variação se denominam *variáveis independentes*. Em português, a relação entre o verbo e seu complemento pode ocorrer com ou sem a presença de preposição, ou ainda com a presença de determinada preposição. Ao lado da variante “assisti o filme”, existe “assisti ao filme”; ao lado da variante “fui no cinema”, existe “fui ao cinema”;

A variante pode se manter estável no sistema linguístico durante um período de tempo, curto ou longo, ou pode desaparecer, permanecendo apenas uma das alternativas de uso. Nesse caso, temos o fenômeno de *mudança linguística*. “Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.” (MOLLICA, 2003, p. 11)

Como se vê, a Sociolinguística variacionista exige que se considere a língua em uso. Fora do dinamismo discursivo, que envolve falante, ouvinte e contexto, ela se torna mera abstração, impossibilitando análises que levem a resultados capazes de explicar as relações entre ela e seus usos sociais.

4.3 Causas da variação linguística

Como ficou dito acima, a variação é inerente às línguas humanas em todos os níveis de sua estrutura interna. Quanto aos fatores externos determinantes da variação, podem eles estar ligados ao emissor, ao receptor ou às condições de produção. Camacho (2003, p. 58) assim apresenta a variação ligada a esses fatores:

Em função do primeiro fator, pertencem as variantes que se podem denominar dialetais em sentido amplo, variantes geográficas e socioculturais. Em função do segundo e do terceiro fatores, pertencem as variantes de registro ou estilísticas. Referem-se ao grau de formalidade da situação e ao ajustamento do emissor à identidade social do receptor.

Do ponto de vista das variantes dialetais, pode-se dizer que quanto maior o grau de contato dos falantes, maior a identidade de seus atos verbais. Quando essa identidade acontece entre membros da mesma comunidade, polarizados por um centro de difusão cultural, política e econômica, o resultado é a constituição de dialetos regionais ou geográficos. Nesse caso, temos a chamada *variação diatópica*. Tal variação pode ser identificada no nível fonético (veja-se a produção aberta das vogais /e/ e /o/ pretônicas do falar nordestino em oposição à pronúncia fechada das mesmas vogais pelos falantes do Sudeste e do Sul do Brasil); no nível morfossintático (a posposição da partícula negativa “sei não”, na fala nordestina, em oposição à anteposição “não sei”, na do falante do Sudeste); no nível semântico (“gerimum”, “a mulher descansou”, da linguagem nordestina, em oposição a “abóbora”, “a mulher teve filho”, do falar do Sudeste).

A outra dimensão dialetal, que resulta do intercâmbio verbal entre falantes do mesmo nível socioeconômico e cultural, dá origem às variantes sociais. São as chamadas *variações diastráticas*. É evidente a diversidade do uso de expressões e construções sintáticas entre falantes de classes sociais diferentes. No Brasil, a presença de [r] em lugar de [l] nos encontros consonantais, como em “craro”, “brusa” é indicativo de falantes da classe sócio-econômica baixa, sendo altamente estigmatizada, ainda que, como se

sabe, se trate de uso legitimado pela língua culta do português do século XV. Gomes e Souza (2003, p. 76)) atestam a evidência histórica dessa variante:

Há ainda evidências históricas de que os processos em questão atuaram em outro momento, tendo como resultado da mudança linguística a substituição de [l] por [r]. como em *igreja* (ecclesia) e *brando* (blandus) (...). A alternância de [l] ~ [r], ou rotacismo, é bastante antiga, atestada no *Appendix Probi (flagelum non fragelum)*, e, em determinado momento, deixou de ser um processo de mudança e passou à condição de variação estável, conforme registrado em textos do português arcaico e em gramáticos como Fernão Lopes (1975, p.59-60[1536]) e Duarte Nunes de Leão (1983), p. 64 [1576]). Sincronicamente, pode-se afirmar que a variação ocorre em qualquer dialeto urbano do português brasileiro (cf. Gomes [1986], Oliveira [1983]) e é fortemente estigmatizada.

É que falantes do segmento socioeconomicamente baixo da sociedade conservaram essa forma, ao contrário do que fizeram os da classe social prestigiada, e o seu uso passou a ser considerado erro linguístico. Sobre isso, assim se expressa Alkmim (2003, p. 41) : “A fala das classes altas mudou e a de outros grupos sociais reteve esses usos: esse foi o ‘erro’.”

Desse exemplo se pode inferir o grau de dominação exercido através da linguagem. A esse respeito, leia-se a reflexão de Camacho (2003, p. 39)

As formas em variação adquirem valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações econômicas e culturais. Assim, uma variante, como presença de marca de plural no sintagma nominal, é conhecida como detentora de prestígio social entre os membros da comunidade, sendo por isso chamada *variante padrão* ou de prestígio. Já sua alternativa, a ausência de marca de plural, é conhecida como *variante não-padrão ou estigmatizada*. É óbvio que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada pela elevação de uma variedade de prestígio à condição de língua padrão que, como tal, passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do Estado etc. O mecanismo é simples: como os detentores da variedade de prestígio controlam o poder político das instituições, que emana das relações econômicas e sociais, são também detentores da autoridade de vincular a língua à variedade que empregam.

Essa é uma questão importante a ser considerada nos estudos variacionistas: a legitimação de determinados usos da língua pelas classes

dominantes que, por deterem o poder, passam a impor a variedade que utilizam. Aliada a essa questão está a que é relativa às atitudes dos usuários de determinado dialeto frente a formas que lhes soam estranhas. Também esse é um problema que interessa diretamente à Sociolinguística e sobre ele se refletirá no próximo item.

No que se refere aos fatores externos da variação linguística ligados ao receptor ou às condições de produção discursiva, Camacho, como se viu acima, apresenta-os como sendo variação de registro ou estilística. Ela está ligada à necessidade de adequação do falante ao contexto imediato da construção textual, à finalidade de seu ato verbal, ao grau de formalidade exigido pela circunstância, ou mesmo ao grau de sua familiaridade com o conteúdo da mensagem a ser construída. Daí o *estilo formal* e o *informal*. Todo falante deve desenvolver certos recursos linguísticos, de tal modo que possa deles lançar mão para a finalidade que tem em vista no processo discursivo. Essa competência, no entanto, como se sabe, é vedada a grande número de falantes que, como resultado, sofrem o efeito disso, sendo-lhes negado o acesso a bens sociais.

É preciso fazer referência também às chamadas linguagens especiais, como a gíria e os jargões científicos, ligadas a fatores como idade, sexo e ocupação. Trata-se de recursos linguísticos criados por grupos restritos e disponíveis apenas para a interação verbal entre seus pares, tendo em vista os interesses específicos que os vinculam entre si.

Ao lado da diversidade linguística, entretanto, há a língua comum, inventário lexical e sintático de que se utilizam todos os falantes da mesma comunidade. Trata-se de um bem coletivo que, como já se viu, dispõe de padrões estruturais e estilísticos, mecanismos de manutenção da unidade linguística, dentro da diversidade de usos. São as chamadas forças coesivas que operam em direção contrária à variação, garantindo a identificação da comunidade linguística.

Deve-se ainda acrescentar que, seja no eixo horizontal ou *diatópico*, seja no eixo vertical ou *diastrático*, seja nas diferenciações de *registro*, ou *estilísticas*, no âmbito do próprio falante, a variação é sempre contínua, não sendo possível determinar fronteiras nítidas entre os dialetos ou entre os

registros. Um mesmo falante, por exemplo, pode lançar mão de diferentes estilos, conforme a situação vivenciada. Na sala de aula, por exemplo, quando o professor trata de questões teóricas da disciplina que leciona, o faz geralmente utilizando um registro formal. Pequenas interrupções, sejam para chamar a atenção de um aluno, sejam para descontraír a turma para depois reconduzi-la à reflexão, são feitas, em geral, em estilo descontraído. Esse é o que Bortoni-Ricardo (2004, p. 62) denomina contínuo de oralidade-letramento. Ela acrescenta : “Como no caso do outro contínuo, não existem fronteiras bem marcadas entre os eventos de oralidade e de letramento. As fronteiras são fluidas e há muitas sobreposições. Um evento de letramento, como uma aula, pode ser permeado de minieventos de oralidade.”

Trabalhar essas questões na escola abre amplo caminho para o desenvolvimento de habilidades e competências no uso da língua materna

4.4 A variedade “padrão”

Conforme já se disse, a heterogeneidade é inerente às línguas, estando toda e qualquer comunidade linguística caracterizada pela existência de diferentes dialetos e registros. Como consequência da organização das sociedades em grupos de diversificadas condições sócio-econômicas, as variedades dialetais, que são aquelas que se centram no emissor, acabam se revestindo de certo caráter valorativo que reflete a hierarquia desses grupos sociais. Isso significa que determinados dialetos são mais desvalorizados que outros, segundo seus falantes pertençam a uma classe econômico-social mais ou menos privilegiada. Daí a reflexão de Gnerre (1994, p. 6): “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” Essa variedade própria dos falantes das classes dominantes é alçada à posição de modelo de todas as outras, a chamada *variedade padrão*. A Sociolinguística desmitifica a crença comumente difundida de que a língua padrão é melhor, superior às demais. Sobre isso afirma Alkmim (2003, p. 40):

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua

por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo 'correto' de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante.

Em resumo, os julgamentos valorativos sobre as línguas são, na verdade, julgamentos sobre seus falantes, o que leva à intolerância linguística, ao preconceito, um dos comportamentos mais nefastos contra as classes desprivilegiadas, já que sua condenação está sequer prevista na Constituição brasileira e, possivelmente, na de nenhum país. É preciso ainda lembrar que é nessa variedade que se veicula o saber oficial: nela são redigidas as leis, distribuídas as informações pela grande imprensa; nela se estabelecem os contatos no espaço das instituições oficiais; sem o acesso à língua padrão, ou melhor dizendo, às variedades cultas, enfim, estão vedados os caminhos que possibilitam o acesso ao poder. É também Gnerre que afirma (1994, p. 22): "A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderosos para bloquear o acesso ao poder." O que resta a fazer senão adquirir a competência no uso dessa variedade?

4.5 O papel da escola no ensino das variedades cultas

A partir do pressuposto adotado pela Sociolinguística de que todas as línguas são heterogêneas e que, portanto, todas as variedades são igualmente suficientes para o falante se expressar, igualmente legítimas como meio de interação entre os membros da mesma comunidade, a existência de variedades consideradas melhores – as cultas, às vezes ainda denominadas de padrão⁴ – demonstra que, por trás da questão científica, existe outra de

⁴ Sobre a denominação língua culta/língua padrão ver nota n. 1, no início deste trabalho.

caráter ideológico. Numa sociedade em que o acesso aos bens culturais exige o domínio de um só dialeto, o da classe dominante, a língua deixa de ser instrumento de interação e ação sobre a realidade para ser também um instrumento de exclusão social.

Para preparar os indivíduos para a vida em sociedade, elegeu-se a escola como instituição oficial. Cabe a ela, no que se refere ao trabalho com a língua materna, levar o aluno a desenvolver competências e habilidades para utilizar adequadamente esse patrimônio comum de sua comunidade.

O que se esperaria é que a escola, adotando uma orientação de base científica, fizesse o trabalho de levar seus alunos a se apropriarem de competências linguísticas mais refinadas, sem se preocupar em substituir a que já tivessem adquirido, qual seja a de se expressar no seu dialeto social. Se se tratasse de alunos advindos de classes sociais favorecidas nas quais o uso das variedades cultas é comum e com as quais, portanto, estão mais familiarizados, caberia à escola apenas levá-los a trabalhar no desenvolvimento dessa competência, ampliando-a no domínio da leitura e da utilização dos gêneros textuais que circulam na sociedade, numa palavra, tornando-os indivíduos letrados.

Se, ao contrário, esse dialeto fosse o das classes desfavorecidas socioeconomicamente, seria necessário, obviamente, que à competência de uso de sua variedade linguística fosse acrescentada a do domínio das variedades cultas, para que o acesso aos bens culturais e sociais não lhes fosse vedado. Juntamente com isso, o mesmo trabalho de promover-lhes o letramento, tornando esses alunos familiarizados com os gêneros textuais necessários a seu intercâmbio social nos vários domínios culturais.

Veja-se o que sobre isso orienta a sociolinguista Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 114-5):

Se o professor tiver uma formação sociolinguística adequada, o que acontecerá com uma minoria, terá de trabalhar com a variação da sintaxe nas suas aulas e saber, na maioria das vezes de maneira intuitiva e tentativa, já que não há materiais prontos para isso, definir o que será o uso linguístico socialmente aceitável para que

seus alunos não fracassem no curso de sua futura vida profissional em nossa sociedade.

Assim, entre as variantes sintáticas em convívio nas falas brasileiras, o professor terá de distinguir, pelo menos, as estruturalmente mais salientes e socialmente mais estigmatizadas, para, sem desprestigiar as segundas, selecionar ambas, a fim de treinar o uso formal falado e os usos escritos de seus alunos. Aí está a grande contribuição que a sociolinguística sobre o português brasileiro poderá dar para uma efetiva virada no ensino da língua portuguesa no Brasil.

Seria este talvez, um dever patriótico: o conhecimento e o reconhecimento, na escola, da realidade do português brasileiro.

O professor estaria, nesse caso, praticando o modelo da *diferença verbal* (CAMACHO, 2003, p.71) que vê nos dialetos sociais estigmatizados um sistema linguístico simplesmente diferente, mas estruturalmente capaz de oferecer os mesmos recursos expressivos utilizados nas variedades cultas. Não estaria, nesse caso, substituindo competências, isto é, não estaria reprimindo o uso da variedade trazida pelo aluno de seu ambiente familiar, legitimamente utilizado, por ele respeitado, do qual frequentemente se orgulha. Ao contrário, estaria se preocupando em levá-lo a conhecer não apenas a variedade padrão, mas também outros registros, as variedades cultas que, como foi lembrado acima, permitem-lhe adequar seu texto ao contexto imediato da produção linguística, à finalidade de seu ato verbal, selecionando recursos de expressão formal ou familiar. Desse modo, a escola estaria realizando sua importante tarefa do ponto de vista político-social de promover as camadas marginalizadas, abrindo-lhes o acesso aos bens simbólicos que a língua veicula, de que nos fala Bourdieu (apud SOARES, 1986).

Mas a realidade da escola brasileira não tem sido essa. O modelo geralmente adotado é ainda o da *deficiência linguística*, aquele que considera insuficiente a variedade utilizada pelos alunos das classes sociais desfavorecidas socioeconomicamente. As variedades cultas, nas suas diferentes expressões de uso e modalidade, são impostas como as únicas legítimas, as únicas corretas, e pior, transformadas num conjunto de regras e classificações - a norma padrão - absolutamente inexpressivas para quem pretende desenvolver sua competência textual. Os modelos oferecidos, geralmente, são os literários de autores clássicos, que oferecem, muitas vezes, vocábulos, expressões, sintaxe estranhos à língua contemporânea. E o

professor sequer faz uma reflexão sobre variação linguística e mudança, de modo a levar os leitores iniciantes a compreenderem melhor o que leem, tendo em vista o caráter variável da língua.

Quanto àqueles alunos que já chegam na escola familiarizados com as variedades cultas, mais próximas da norma padrão, sofrem menos, porque cometem naturalmente menos “erros”. Mas também a eles se nega o desenvolvimento da competência textual, porque ficam presos na memorização estéril de regras e classificações. Também eles, em geral, saem da escola incapazes de transitar pelos diversos gêneros textuais de que deverão lançar mão futuramente. Saem alfabetizados, mas não letrados.

Como ficou dito acima, à escola cabe o importante papel político de formar cidadãos competentes no uso da língua como um bem simbólico que ela é. A importância da formação adequada do professor de português, para isso, é inquestionável. É lamentável que a Sociolinguística seja um enfoque praticamente ausente dos cursos de Pedagogia, justamente aqueles que formam o professor do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Mesmo nos cursos de Letras há que se ampliar o estudo sobre as variedades linguísticas, para que se possa justificar a mudança de orientação didática no trabalho escolar com a língua materna.

5 Considerações finais

O levantamento, aqui empreendido, de parte das correntes linguísticas até hoje propostas, através das quais se tem buscado compreender o fenômeno da linguagem, levou às conclusões enumeradas a seguir.

- a) Compreender o que é a língua é preocupação de todos os tempos e, mais que isso, a necessidade de conhecê-la não é privativa de professores e filósofos. Trata-se de um fenômeno altamente instigante cuja compreensão está ligada ao desenvolvimento de pesquisas em todas as ciências humanas.
- b) Conhecer a história da Linguística assegura importante base para a reflexão sobre as novas propostas de abordagem teórica, porque possibilita um julgamento mais seguro do que realmente constitui

novidade e do que é simples retomada sobre nova roupagem. Essa competência seletiva é indispensável para escolhas teóricas que embasem qualquer pesquisa sobre a língua.

- c) Debruçar-se sobre o processo de construção de teorias sobre a linguagem é muitíssimo enriquecedor: permite ao estudioso aproveitar as experiências já vividas, de modo a encurtar caminhos na busca de novas respostas. Permite evitar os mesmos erros já vividos, ensina estratégias de como construir uma teoria de resultados úteis.
- d) O estudo de Teorias Linguísticas – Tradições, Rupturas e Fronteiras permite abrir horizonte largo na compreensão do fenômeno da linguagem. Além disso, exigindo contato com ampla bibliografia, aproxima o estudioso das fontes primárias, em geral reinterpretadas em obras de reflexão posterior.
- e) Esse estudo é, portanto, necessário e, por isso, recomendável para todo aluno de pós-graduação em Letras.

Referências

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à linguística; domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à linguística; domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CÂMARA JR , Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

COSERIU, Eugenio. Premissas históricas da linguística moderna. In: _____. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da et alii (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2003.

DASCAL, Marcelo (org.). Concepções gerais da teoria linguística. In: *Fundamentos metodológicos da linguística*. São Paulo: Global, 1978 vol. L (Global Universitária: série linguagem, comunicação e sociedade).

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Estudos Pré-saussureanos. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GNERRE, Maurício. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, Christina Abreu; SOUZA, Cláudia Nívia Roncarati de. Variáveis fonológicas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo : Contexto, 2003.

MACEDO, Alzira Verthen Tavares. Funcionalismo. *Veredas*, Juiz de Fora, n.2, p.73-88, jan / jun.1998.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no séculoXX. In : CUNHA, Maria Angélica Furtado da et alii (orgs.). *Linguística funcional : teoria e prática*. Rio de Janeiro : DP&A, 2003

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: _____; BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 166.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa: Revista de linguística*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In : MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 166.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

SOARES, Magda Becker. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.